



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBÉ

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2023

CARGO: ADVOGADO

(NÍVEL SUPERIOR)

Língua Portuguesa: 01 a 15; Matemática: 16 a 25;
Informática: 26 a 30; Conhecimentos Específicos: 31 a 60.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 60 (sessenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d,e).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-respostas.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova.
13	Depois de entregue o cartão-resposta, não será permitido ao candidato utilizar os sanitários do local de prova.
14	O caderno de prova poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
15	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-respostas.

Identificação do candidato

Nome	Nº do Documento

GABARITO

Preencha suas respostas no quadro abaixo e destaque na linha pontilhada.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Divulgação do Gabarito Preliminar 1 dia útil após a aplicação da prova.

QUESTÕES DE 01 A 15 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder as questões 01 a 08.

“Educação Brasileira: Cara e falha?”

É inegável o avanço no acesso da população à educação nas últimas duas décadas: a média de anos de estudos aumentou em 55% nos últimos 20 anos e pesquisas recentes mostram que 93% das crianças entre 6 e 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental. Todavia, quando a questão é qualidade do ensino, o Brasil continua, ano após ano, amargando as últimas colocações em rankings internacionais como o PISA, onde ranqueia 59.º em leitura, 73.º em matemática e 67.º em ciências humanas dentro dos 79 países analisados.

No tocante ao orçamento, dados do Banco Mundial de 2010 demonstram que as despesas com educação no Brasil representam 21% do PIB per capita, muito similar a média da OCDE de 22%, semelhança essa que se mantém até os dias atuais. Chame de investimento; chame de gasto, a verdade é que a quantidade de dinheiro que se coloca na educação brasileira é proporcionalmente semelhante à de países desenvolvidos. Assim, se há evidências que a área da educação não sofre subfinanciamento orçamentário, qual é o real impacto do aumento ou diminuição da alocação orçamentária na qualidade da educação pública? Será que existe algum fator que contribui mais significativamente para a melhora no ensino público brasileiro do que o financiamento? Um estudo da FGV/IBRE, publicado por Joana Monteiro, busca responder essa questão. Nele foram analisados a qualidade dos serviços educacionais de municípios produtores e não produtores de petróleo: graças aos royalties, as cidades petrolíferas gastam consideravelmente mais do que as não petrolíferas. Após analisar o censo escolar de 239 dos 256 municípios localizados na costa brasileira, nenhum dentre os quatro indicadores estudados indicaram associação entre maiores despesas e melhores rendimentos. As notas dos alunos na Avaliação Nacional do Rendimento Escolar confirmam essa ausência de associação: “gastos extras em educação gerados pelos recursos de royalties dos municípios produtores da costa não causaram nenhuma melhora nas notas gerais”.

A ausência de melhora no desempenho escolar pode ser explicada por alguns pontos. O principal é o mal gerenciamento dos recursos direcionados ao financiamento da educação. Muitas perdas acabam ocorrendo por corrupção na alocação de recursos, que ainda persiste como um problema no Brasil, ou até mesmo por conta do método de reajuste e aumento salarial de funcionários da área. Um estudo da University College London demonstrou que quando aumentos salariais de docentes não estão diretamente relacionados a uma melhora no desempenho dos professores, situação frequentemente observada no Brasil, eles falham em melhorar a qualidade do ensino como um todo. A melhor forma, portanto, de causar um impacto na educação é com uma melhor gestão escolar.”

(Texto adaptado: Gustavo Arienzo. Disponível em: <https://jpfgv.com.br/artigo-de-opiniao-educacao-brasileira-cara-e-falha/>).

01. Considerando as informações apresentadas no texto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Municípios litorâneos apresentam altos rendimentos educacionais.
- b) No Brasil, o valor do PIB destinado à educação é aproximado ao de países desenvolvidos.
- c) No Brasil, reduziu pela metade o acesso da população à educação.
- d) O baixo salário dos professores é um fator da baixa qualidade na educação.
- e) O investimento em educação no Brasil é 21% menor do que em países da OCDE.

02. Analise as afirmações a seguir, a respeito das justificativas para a baixa qualidade da educação brasileira apresentadas no 4º parágrafo do texto, em seguida, assinale a alternativa CORRETA.

- I - O contínuo desvio de recursos financeiros.
- II - Falta de melhoria no desenvolvimento profissional dos docentes.
- III - Falha na estratégia de aumento salarial dos professores.

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmações II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmações estão corretas.

03. A apresentação de dados estatísticos, pesquisas e autoridades foi uma estratégia utilizada pelo autor do texto para:

- a) convencer o leitor de falta de administração de recursos para educação.
- b) descrever as deficiências no cenário educacional brasileiro.
- c) relatar a realidade precária da educação nacional.
- d) informar sobre os desvios financeiros recorrentes na educação.
- e) justificar os problemas nacionais na área educacional.

04. “TODAVIA, quando a questão é qualidade do ensino, o Brasil continua, ano após ano, amargando as últimas colocações em rankings internacionais.”

Assinale a alternativa que indica o valor do termo destacado na oração.

- a) Comparativo.
- b) Causal.
- c) Explicativo.
- d) Adversativo.
- e) Conformativo.

05. “O principal é o MAL gerenciamento dos recursos.”

Considerando o contexto, assinale a alternativa que contém a classificação CORRETA da palavra destacada.

- a) Adjetivo.
- b) Conjunção.
- c) Substantivo.
- d) Advérbio.
- e) Pronome.

06. Em relação ao grau do adjetivo, assinale a alternativa em que ocorre a comparação entre dois seres diferentes.

- a) O Brasil é o menos eficiente dos países que investem muito em educação.
- b) O Brasil é mais esforçado do que eficiente nos investimentos educacionais.
- c) O Brasil esforça-se pouco para melhorar a educação.
- d) O Brasil faz um investimento muito alto, mas não eficiente, na educação.
- e) O Brasil tem um desempenho baixíssimo na educação.

07. Considerando as regras de emprego da crase, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas da afirmação a seguir.

Enquanto o brasileiro ficar ___ espera de melhorias na educação pública, a situação futura do país será idêntica ___ atual, por isso deve-se exigir mais atenção ___ isso.

- a) à – a – a.
- b) à – à – à.
- c) a – à – a.
- d) à – à – a.
- e) a – a – à.

08. Assinale a alternativa em que o hífen está empregado de forma CORRETA.

- a) Benacabado.
- b) Mal-intencionado.
- c) Malentendido.
- d) Mal-sucedido.
- e) Bensucedido.

09. Assinale a alternativa em que a vírgula foi empregada de forma CORRETA.

- a) Pesquisas realizadas pela FGV/IBRE, confirmam a hipótese do autor.
- b) Quando a pesquisa foi realizada, as hipóteses eram incertas.
- c) Nenhum, indicador confirmou as hipóteses levantadas.
- d) Depois da realização da pesquisa os alunos participantes, queriam saber o resultado.
- e) A FGV/IBRE realiza, com frequência pesquisas sobre educação.

Leia o texto para responder as questões 10 a 12.



10. Assinale a alternativa em que a palavra é formada pelo mesmo processo que “rematrícula”.

- a) Inapropriadamente.
- b) Obtenção.
- c) Legalmente.
- d) Embora.
- e) Desencontro.

11. Assinale a alternativa em que a separação das sílabas está CORRETA.

- a) Edu-ca-ção.
- b) Fun-da-me-ntal.
- c) Ano.
- d) Pú-bli-ca.
- e) Prees-co-la.

12. Os pais, _____ filhos estão em idade escolar, _____ fazer a matrícula em uma das _____ da rede pública municipal.

Assinale a alternativa em que as palavras completam as lacunas respeitando as regras gramaticais.

- a) cujo – deve – instituições.
- b) cujo os – deve – instituição.
- c) cujos – devem – instituições.
- d) cujos – devem – instituições.
- e) cujo os – devem – instituições.

13. Considerando o contexto do texto, assinale a alternativa que contém um sinônimo da palavra “educação”.

- a) Desenvolvimento.
- b) Competência.
- c) Civilidade.
- d) Magistério.
- e) Instrução.

14. Assinale a alternativa em que a afirmação está na voz ativa.

- a) Matriculam-se crianças na rede pública.
- b) Na rede pública, as crianças estão sendo matriculadas pelos seus pais.
- c) Pais matriculam crianças na rede pública.
- d) As crianças foram matriculadas na rede pública.
- e) Na rede pública, matriculam-se crianças pelos pais.

15. Assinale a alternativa que contém o coletivo de alunos.

- a) Turma.
- b) Esquadra.
- c) Junta.
- d) Legião.
- e) Coletânea.

QUESTÕES DE 16 A 25 - MATEMÁTICA

16. Assinale a alternativa que apresenta um número igual a $\frac{\sqrt{3}}{\sqrt{6}}$.

a) $\frac{\sqrt{3}}{3}$

b) $\frac{\sqrt{2}}{2}$

c) $\frac{\sqrt{6}}{6}$

d) $\frac{\sqrt{3}}{18}$

e) $\frac{\sqrt{6}}{18}$

17. Em um salão de beleza, foram atendidos 21 clientes. Alguns deles, tiveram apenas as unhas da mão pintadas; outros, as unhas das mãos e dos pés. No total, foram pintadas 360 unhas. Sabendo que todos os clientes atendidos tinham 10 dedos nas mãos e 10 dedos nos pés cada, qual a quantidade de clientes que teve apenas as unhas das mãos pintadas?

- a) 6 clientes.
- b) 8 clientes.
- c) 10 clientes.
- d) 12 clientes.
- e) 16 clientes.

18. Josué faz trufas. Quando ele trabalha com outros dois funcionários por três dias, juntos produzem 180 trufas. Quantas trufas serão produzidas se ele trabalhar com outros quatro funcionários, no mesmo ritmo, por quatro dias?

- a) 300 trufas.
- b) 400 trufas.
- c) 500 trufas.
- d) 600 trufas.
- e) 700 trufas.

19. A negação da frase “Andreia tem dois gatos e não gosta de chá de boldo” é:

- a) Se Andreia gosta de chá de boldo, então ela não tem dois gatos.
- b) Se Andreia tem dois gatos, então ela não gosta de chá de boldo.
- c) Andreia tem dois gatos e gosta de chá de boldo.
- d) Andreia não tem dois gatos e gosta de chá de boldo.
- e) Andreia não tem dois gatos ou gosta de chá de boldo.

20. Jonas pretende fazer um empréstimo de R\$ 10.000,00 a juros simples. Consultou cinco diferentes bancos, denominados Americano, Baiano, Caetano, Deliano e Elmano. As propostas de cada um dos cinco bancos está apresentada na tabela a seguir.

Banco	Taxa de juros	Tempo de pagamento
Americano	2% ao mês	1 ano
Baiano	1% ao mês	14 meses
Caetano	12,6% ao ano	9 meses
Deliano	15% ao ano	1 ano
Elmano	3% ao mês	10 meses

Assinale a alternativa que apresenta o banco que contém o menor juros para o empréstimo de Jonas.

- a) Banco Americano.
- b) Banco Baiano.
- c) Banco Caetano.
- d) Banco Deliano.
- e) Banco Elmano.

21. Assinale a alternativa que apresenta uma medida igual a 8 cm^2 .

- a) 8 m^2
- b) $0,8 \text{ m}^2$
- c) $0,08 \text{ m}^2$
- d) $0,008 \text{ m}^2$
- e) $0,0008 \text{ m}^2$

22. Uma parede forma um ângulo de 90° com o chão. Uma escada apoiada na parede forma com o chão um ângulo de 72° . Sabendo que a base da escada está afastada 42 cm da parede, qual é o comprimento aproximado dessa escada? Dados: $\sin(72^\circ) = 0,9$, $\cos(72^\circ) = 0,3$ e $\text{tg}(72^\circ) = 3$.

- a) 0,5 m
- b) 0,7 m
- c) 1,4 m
- d) 2,1 m
- e) 7,1 m

23. Sejam $A = \{x \in \mathbb{N}: x \text{ é um número divisível por } 5\}$ e $B = \{x \in \mathbb{N}: x \text{ é um número par}\}$.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) $A \cap B = \emptyset$
- b) $A \cap B = A \cup B$
- c) $A \cup B = \{x \in \mathbb{N}: x \text{ é um número divisível por } 10\}$
- d) $A \cap B = \{x \in \mathbb{N}: x \text{ é um número divisível por } 10\}$
- e) $A - B = \{x \in \mathbb{N}: x \text{ é um número divisível por } 10\}$

24. Assinale a alternativa que apresenta um número maior que 0,5.

- a) $\frac{5}{11}$
- b) $\frac{2}{5}$
- c) $\frac{8}{26}$
- d) $\frac{2}{3}$
- e) $\frac{3}{7}$

25. Que porcentagem representa 15% de 30% de um total?

- a) 4,5% de um total.
- b) 45% de um total.
- c) 15% de um total.
- d) 30% de um total.
- e) 50% de um total.

QUESTÕES DE 26 A 30 - INFORMÁTICA

26. Assinale a alternativa que apresenta o atalho utilizado no Word para se aplicar a formatação de "sublinhado" ao texto.

- a) Alt + F8
- b) Ctrl + S
- c) Ctrl + U
- d) F8 + S
- e) Shift + S + U

27. Conforme a configuração que pode ser dada ao mouse, o que acontecerá ao cursor/ponteiro ao se pressionar a tecla "Ctrl"?

- a) O cursor/ponteiro ficará desativado até que a tecla Ctrl seja novamente acionada.
- b) O cursor/ponteiro mudará de cor.
- c) O cursor/ponteiro terá sua forma alterada.
- d) Surgirá um arrasto quando o cursor/ponteiro for utilizado.
- e) Mostrará o local do cursor/ponteiro, com um círculo em torno do mesmo.

28. O espaçamento entre caracteres permite aumentar ou diminuir a distância entre as letras em uma palavra ou até mesmo em um texto inteiro. No Word, este recurso está presente em qual menu?

- a) Edição.
- b) Estilo.
- c) Exibição.
- d) Fonte.
- e) Parágrafo.

29. Um teclado alfanumérico do tipo qwerty, para utilização no Brasil, possui quantas “teclas de função”?

- a) 10 (dez).
- b) 12 (doze).
- c) 14 (quatorze).
- d) 16 (dezesesseis).
- e) 17 (dezesesete).

30. Uma das formas de se classificar os itens enviados para a lixeira é por:

- a) data de exclusão.
- b) downloads.
- c) itens recuperados.
- d) local principal.
- e) protegidos por senha.

QUESTÕES DE 31 A 60 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No que diz respeito aos direitos fundamentais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os direitos à paz, ao desenvolvimento, à qualidade do meio ambiente e à conservação do patrimônio histórico e cultural são exemplos de direitos fundamentais de segunda geração.
- b) Conforme a jurisprudência do STF, o princípio constitucional da anterioridade tributária não está explicitamente previsto no Art. 5º da Constituição Federal e, portanto, não pode ser considerado direito fundamental.
- c) Pessoas jurídicas são titulares de direitos fundamentais, de modo que podem, por exemplo, sofrer dano moral e usufruírem da garantia constitucional do *habeas corpus*.
- d) Os funcionários públicos civis e os militares estão sob relações especiais de sujeição e o exercício de alguns direitos fundamentais de que são titulares, como a liberdade de expressão, pode sofrer restrições.
- e) Todos podem se reunir pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.

32. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados, e aquela em que mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos ou sejam direta ou indiretamente interessados.
- b) os mandados de segurança e os *habeas data* contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
- c) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
- d) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequátur às cartas rogatórias.
- e) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

33. A doutrina admite que não há norma jurídica, senão norma interpretada. Essa assertiva, com efeito, tem aplicação em relação às normas constitucionais, não raro dotadas de vagueza e amplitude semântica. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O realismo jurídico, teoria de cunho formalista, teve nos Estados Unidos seus principais expoentes. De acordo com essa visão, o direito nada mais é do que aquilo que os juízes dizem que ele é. Assim, a interpretação do direito é um ato de criação dos juízes, com inegável conteúdo político.
- b) O estudo da hermenêutica constitucional não prescinde da análise e do conhecimento, ainda que como pano de fundo, de temas filosóficos. Nessa senda, a “virada kantiana” e o “giro linguístico” representam importantes mudanças que influenciaram o estudo da interpretação das normas constitucionais. Com efeito, a “virada kantiana” corresponde, em linhas gerais, à ideia de que os intérpretes, seres morais, são condicionados por suas próprias subjetividades. Por outro lado, o “giro linguístico” reafirma a ideia de que a interpretação é, sobretudo, a prática intelectual de revelação do sentido subjacente a um texto, com foco epistemológico na relação cartesiana entre o sujeito e o objeto.
- c) São métodos clássicos de interpretação constitucional o gramatical, o histórico, o lógico, o sistemático e o teleológico, os quais devem ser aplicados de forma sucessiva e hierarquizada.

d) Conforme o princípio da correção funcional, na interpretação das normas constitucionais deve-se procurar respeitar e manter o sistema de repartição de funções estabelecido constitucionalmente, sendo, portanto, tal princípio, corolário do princípio da separação de poderes.

e) A interpretação gramatical, literal ou filológica cuida do texto, o qual, em última análise, se confunde com a própria norma jurídica.

34. Considerando as disposições constitucionais a respeito dos Municípios, assinale a alternativa CORRETA.

a) O critério fixado pela Constituição Federal para o número máximo de vereadores das Câmaras Municipais é o número de eleitores.

b) O total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de dois e meio por cento da receita do Município.

c) A Câmara Municipal não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores.

d) As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

e) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará.

35. Tendo em vista a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), assinale a alternativa CORRETA.

a) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem.

b) As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso.

c) As informações classificadas como ultrassecretas terão restrição de acesso pelo prazo máximo de 35 (trinta e cinco) anos.

d) Considera-se primariedade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

e) O acesso à informação é baseado no princípio da máxima divulgação, sendo a publicidade a exceção e o sigilo a regra.

36. No que diz respeito à organização do Estado brasileiro, assinale a alternativa CORRETA.

a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em Lei Complementar Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

b) São bens da União as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, exceto aquelas relativas a aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto.

c) Compete privativamente ao Distrito Federal legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

d) É constitucional lei estadual que regulamenta o programa jovem aprendiz, sendo descabido falar em invasão da competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.

e) Compete privativamente à União legislar sobre juntas comerciais.

37. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

a) No controle concentrado de constitucionalidade, admite-se que a pessoa natural ingresse como *amicus curiae*.

b) Os Tribunais de Justiça, no julgamento de representações de inconstitucionalidade propostas contra leis municipais, poderão usar como parâmetro dispositivos da Constituição Federal, desde que sejam normas de reprodução obrigatória pelos Estados-membros.

c) Admite-se controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da Lei Orgânica respectiva.

d) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) não se presta para o controle da inconstitucionalidade por omissão.

e) Na hipótese de coexistência de ações diretas de inconstitucionalidade questionando a mesma lei perante o Tribunal de Justiça (TJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento perante o TJ em nenhuma hipótese prejudica o julgamento pelo STF, que detém a última palavra em matéria constitucional.

38. Com base na Constituição Federal de 1988, a respeito do Poder Legislativo, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Compete ao Congresso Nacional fixar, por meio de lei sancionada pelo Presidente da República, idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores.
- b) Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto de dois terços de seus membros, resolva sobre a prisão.
- c) O Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado não perderá o mandato.
- d) A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.
- e) Os congressistas receberão a correspondente parcela indenizatória em decorrência da efetiva participação em sessão legislativa extraordinária, na qual o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, com exceção das medidas provisórias em vigor, que serão automaticamente incluídas na pauta de votação.

39. Sobre a acumulação remunerada de cargos públicos, com base na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Nas situações jurídicas em que a Constituição Federal autoriza a acumulação de cargos, o teto remuneratório é considerado em relação ao somatório das remunerações recebidas.
- b) A Constituição Federal prevê a possibilidade da acumulação de cargos privativos de profissionais da saúde, não se incluindo entre eles os assistentes sociais.
- c) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, exceto suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.
- d) A Constituição Federal define e fixa os requisitos para o reconhecimento da natureza do cargo técnico ou científico, para fins de acumulação de cargos públicos.
- e) Não há óbice ao recebimento acumulado de dois benefícios de pensão por morte se decorrentes de cargos acumuláveis.

40. A Constituição Federal determina que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A desapropriação urbanística tem caráter sancionatório e a indenização será realizada por meio de títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
- b) A desapropriação indireta, realizada regularmente pelo poder público, é incentivada pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) A desapropriação confiscatória ou confisco, que tem lugar no caso de propriedades onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo, não pode ser afastada, mesmo se o proprietário comprovar que não incorreu em culpa, ainda que *in vigilando* ou *in eligendo*.
- d) A União e os Estados poderão desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.
- e) A tredestinação caracteriza conduta ilícita por parte do ente expropriante, em razão da teoria dos motivos determinantes, mesmo se invocadas razões de interesse público na mudança de destino do bem expropriado.

41. Com base na Lei 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa), é CORRETO afirmar que:

- a) sujeitam-se às sanções decorrentes de atos de improbidade administrativa aqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, atuem com imprudência e concorram para a prática do ato de improbidade.
- b) a suspensão dos direitos políticos, nos casos de atos de improbidade administrativa que importem em enriquecimento ilícito, será de até 12 (doze) anos.
- c) o agente público que se recusar a apresentar sua declaração de imposto de renda e proventos para fins de tomar posse e entrar em exercício em cargo público sujeitar-se-á à pena de suspensão.
- d) servidor público que frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, a fim de beneficiar a terceiros, não estará sujeito às sanções da Lei de Improbidade se não ficar caracterizada a lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.
- e) a ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em 12 (doze) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

42. Em conformidade com a Lei 12.232/2010, assinale a alternativa CORRETA a respeito das regras gerais de licitações e contratações de serviços de publicidade.

- a) Os contratos de serviços de publicidade firmados poderão incluir atividades de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas.
- b) É vedada a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda.
- c) Nas licitações adotar-se-á, obrigatoriamente, os tipos “melhor técnica” ou “técnica e preço”.
- d) As licitações serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, inclusive quanto à análise e julgamento das propostas técnicas.
- e) As agências contratadas deverão, durante o período de, no mínimo, 15 (quinze) anos após a extinção do contrato, manter acervo comprobatório da totalidade dos serviços prestados e das peças publicitárias produzidas.

43. O princípio da motivação, nas palavras de Celso Antônio Bandeira de Mello, impõe à Administração Pública o “dever de justificar seus atos, apontando-lhes os fundamentos de direito e de fato, assim como a correlação lógica entre os eventos e situações que deu por existentes e a providência tomada, nos casos em que este último esclarecimento seja necessário para aferir-se a consonância da conduta administrativa com a lei que lhe serviu de arrimo”. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A motivação aliunde não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) O motivo, requisito do ato administrativo, confunde-se com a motivação.
- c) A motivação, em se tratando de decisão administrativa baseada em valores jurídicos abstratos, demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive em face das possíveis alternativas.
- d) O ato de remoção de servidor público por interesse da Administração Pública deve ser motivado, não sendo possível que o vício da ausência de motivação seja corrigido em momento posterior à edição do ato administrativo.
- e) A Constituição Federal estabelece expressamente que todos os atos administrativos devem respeitar o princípio da motivação.

44. Assinale a alternativa CORRETA a respeito dos consórcios públicos.

- a) Com a extinção do contrato de consórcio público, o pessoal a ele cedido retornará aos seus órgãos de origem, e os empregados públicos terão automaticamente rescindidos os seus contratos de trabalho com o consórcio.
- b) A retirada consiste no ato pelo qual ente da Federação não ratifica, ou condiciona a ratificação, de determinado dispositivo de protocolo de intenções.
- c) Os consórcios públicos não poderão ter como objetivo a instituição e o funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres.
- d) O protocolo de intenções deverá ser publicado na imprensa oficial, não sendo suficiente a publicação resumida com indicação de endereço eletrônico para acesso ao texto integral.
- e) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação, mediante lei, do protocolo de intenções e a recusa ou demora na ratificação será penalizada, na forma prevista no protocolo de intenções.

45. Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA a respeito da responsabilidade civil do Estado.

- a) Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, está caracterizada a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, sendo irrelevante a relação entre o momento da fuga e o da conduta praticada.
- b) O Estado responde objetivamente e de forma primária por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado (art. 37, § 6º, da CRFB/88), quando os exames são cancelados por indícios de fraude.
- c) A teor do disposto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado, a pessoa jurídica privada prestadora de serviço público ou o próprio servidor autor do ato.
- d) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários, e não usuários do serviço, segundo decorre do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal. A inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não usuário do serviço público é condição suficiente para estabelecer a responsabilidade objetiva da pessoa jurídica de direito privado.
- e) Considerando que é dever do Estado, imposto pelo sistema normativo, manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade previstos no ordenamento jurídico, é de sua responsabilidade, nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, a obrigação de ressarcir os danos, exceto os morais, comprovadamente causados aos detentos em decorrência da falta ou insuficiência das condições legais de encarceramento.

46. Conforme a Lei 8.666/93, a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, denomina-se:

- a) tomada de preços.
- b) convite.
- c) concorrência.
- d) concurso.
- e) leilão.

47. Assinale a alternativa CORRETA, a respeito do Direito das Obrigações, conforme o Código Civil em vigor.

- a) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, salvo se mais valiosa.
- b) A quitação, que sempre poderá ser dada por instrumento particular, designará o valor e a espécie da dívida quitada, o nome do devedor, ou quem por este pagou, o tempo e o lugar do pagamento, com a assinatura do credor, ou do seu representante.
- c) O pagamento reiteradamente feito em outro local não faz presumir renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- d) É ilícito convencionar o aumento progressivo de prestações sucessivas.
- e) No pagamento em consignação, as despesas com o depósito, quando julgado procedente, correrão à conta do devedor, e, no caso contrário, à conta do credor.

48. De acordo com o Código Civil de 2002, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, prescreve em:

- a) 1(um) ano.
- b) 2(dois) anos.
- c) 3(três) anos.
- d) 4(quatro) anos.
- e) 5(cinco) anos.

49. Assinale a alternativa CORRETA, a respeito dos direitos da personalidade, com base no Código Civil de 2002.

- a) O nome da pessoa pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.
- b) O pseudônimo adotado para atividades ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- c) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- d) Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente ou transitória da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- e) É inválida, ainda que com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita de parte do próprio corpo para depois da morte.

50. A usucapião é uma das formas de aquisição da propriedade imóvel. Sobre ela, com base no Código Civil de 2002, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
 - b) Aquele que, por cinco anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, tendo nele estabelecido a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé.
 - c) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - d) Adquire a propriedade do imóvel aquele que, contínua e incontestadamente, independentemente de justo título e boa-fé, o possuir por cinco anos.
 - e) Na contagem dos prazos de usucapião, não há possibilidade de o possuidor acrescentar à sua posse a dos seus antecessores.
-

51. O jurista Carlos Alberto Bittar leciona que "a teoria da responsabilidade civil encontra suas raízes no princípio fundamental do *neminem laedere*, justificando-se diante da liberdade e da racionalidade humanas, como imposição, portanto, da própria natureza das coisas. Ao escolher as vias pelas quais atua na sociedade, o homem assume os ônus correspondentes, apresentando-se a noção de responsabilidade como corolário de sua condição de ser inteligente e livre". Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A responsabilidade civil pela perda de chance não se limita à categoria de danos extrapatrimoniais, pois, conforme as circunstâncias do caso concreto, a chance perdida pode apresentar também a natureza jurídica de dano patrimonial. A chance deve ser séria e real, não ficando adstrita a percentuais apriorísticos.
- b) A legítima defesa putativa exclui a responsabilidade civil.
- c) Em ação movida com base em hipótese de responsabilidade civil objetiva, não há relevância jurídica em perquirir a existência de culpa.
- d) No caso de homicídio, a indenização consiste, exclusivamente, no pagamento das despesas com o tratamento da vítima, seu funeral e o luto da família e na prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, levando-se em conta a duração provável da vida da vítima.
- e) A indenização por injúria, difamação ou calúnia, se o ofendido puder provar o prejuízo material, consistirá em valor equitativamente fixado pelo juiz, conforme as circunstâncias do caso.

52. A respeito da prescrição tributária, assinale a alternativa CORRETA, tendo em vista a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

- a) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, bastando para tal o peticionamento em juízo, requerendo, por exemplo, a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens.
- b) Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera.
- c) O Código Tributário Nacional possui status de lei complementar e as diretrizes nele estabelecidas relativas à decadência e prescrição prevalecem à Lei de Execuções Fiscais, norma hierarquicamente inferior, sendo, portanto, inconstitucionais as previsões da Lei de Execução Fiscal a respeito da suspensão do curso da execução pelo prazo máximo de 1 (um) ano.
- d) Somente após a petição da exequente o prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do prazo prescricional aplicável tem início.
- e) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, exceto quanto ao período em que a execução ficou suspensa.

53. A respeito do tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, com base na Lei Complementar 123/2006, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O Microempreendedor Individual (MEI) constituído sob a forma de startup poderá se valer da sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais.
- b) O empresário individual que exerça atividade de comercialização e processamento de produtos de natureza extrativista, não poderá optar pela sistemática de recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais.
- c) Os processos relativos a impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional serão ajuizados em face da União, que será representada em juízo pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, mas as ações que tratem exclusivamente de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, serão propostas em face desses entes federativos, representados em juízo por suas respectivas procuradorias.
- d) O fato de a microempresa ou empresa de pequeno porte ter sócio domiciliado no exterior não afasta a possibilidade de ingresso no Simples Nacional e recolhimento de tributos pela sua sistemática.
- e) As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, como as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e demais entidades de serviço social autônomo.

54. Assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE hipótese de exclusão do crédito tributário, conforme o Código Tributário Nacional.

- a) Moratória.
- b) Pagamento.
- c) Compensação.
- d) Isenção.
- e) Remissão.

55. No que diz respeito às limitações ao poder de tributar, é CORRETO afirmar que:

- a) por força do princípio da legalidade, consideram-se inconstitucionais leis que, ao instituírem taxa e contribuição profissional, o fazem mediante indicação de valores máximos, deixando a cargo do sujeito ativo a fixação do valor exato.
- b) não se aplicam a anterioridade de exercício e a nonagesimal ao Imposto sobre produtos industrializados.
- c) a identificação do efeito confiscatório não deve ser feita em função da totalidade da carga tributária e sim em face de cada tributo considerado isoladamente, sob pena de desvirtuar-se o instituto.
- d) a redução ou revogação de benefício fiscal não precisam respeitar as anterioridades, uma vez que o aumento ou a instituição do tributo, nesses casos, é indireto ou reflexo.
- e) a Constituição Federal não estabelece nenhuma exceção à irretroatividade tributária.

56. Os privilégios e as garantias do crédito tributário têm o condão de assegurar efetividade à cobrança dos tributos. No tocante ao tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O marco temporal apto a determinar se houve ou não fraude na alienação de bens é a citação na execução fiscal, uma vez que somente com a citação na ação executiva os bens do devedor ficam sujeitos à possibilidade de expropriação para satisfação do crédito tributário.
- b) O crédito tributário tem preferência em relação aos créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
- c) É compatível com a constituição o concurso de preferência entre as pessoas de direito público estabelecido pelo Código Tributário Nacional.
- d) A extinção das obrigações do falido não requer prova de quitação de todos os tributos.
- e) Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real, cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

57. Com base exclusivamente nas disposições previstas na Lei Orgânica do Município de Cambé sobre os servidores públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A aposentadoria compulsória do servidor acontecerá aos 70 (setenta) anos de idade.
- b) É vedado ao Município de Cambé instituir mais de um Regime de Previdência Complementar, ainda que destinem aos Servidores Públicos das Autarquias, Fundações Públicas e agências reguladoras, bem como aos agentes políticos e servidores públicos do Poder Legislativo.
- c) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, salvo se suplente, até um ano após o final do mandato, exceto se cometer falta grave nos termos da lei.
- d) A cessão do servidor público na administração direta ou indireta do município à empresa ou entidades públicas far-se-á somente com autorização legislativa, ainda que para o próprio poder legislativo ou órgão do mesmo poder, comprovada a necessidade.
- e) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização proporcional, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

58. Aprovado o projeto de lei, no âmbito municipal, será ele enviado ao Prefeito que, aquiescendo:

- a) sancioná-lo-á, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- b) sancioná-lo-á, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- c) vetá-lo-á ou Sancioná-lo-á, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
- d) vetá-lo-á ou Sancioná-lo-á, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- e) vetá-lo-á ou Sancioná-lo-á, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

59. No que diz respeito ao orçamento público, considerando o previsto na Lei Orgânica do Município de Cambé, é CORRETO afirmar que:

- a) a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- b) é vedado constituir regime de adiantamento em cada uma das unidades da Administração Direta, Indireta e Fundações mantidas pelo poder público municipal e na Câmara para ocorrer às despesas de pronto pagamento definidas em lei.
- c) a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento.
- d) a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro far-se-á por meio de decreto do Prefeito, independentemente de autorização legislativa.
- e) os créditos especiais terão vigência somente no exercício financeiro seguinte ao da autorização.

60. Assinale a alternativa CORRETA, com base na Lei Orgânica do Município de Cambé.

- a) Estrangeiros não podem ocupar o cargo de Secretário Municipal.
 - b) Os servidores públicos têm direito à licença especial de 3 (três) meses, por quinquênio de efetivo exercício, vedada a conversão em espécie.
 - c) A Câmara Municipal não gastará mais de 70% (setenta por cento) de sua despesa total com folha de pagamento, incluindo o gasto com subsídio dos Vereadores e 6% (seis por cento) da receita corrente líquida do Município, devendo prevalecer o maior deles.
 - d) O ensino oficial do município será gratuito em todos os níveis e atuará prioritariamente no ensino médio, fundamental e na educação infantil.
 - e) O Prefeito e Vice-Prefeito, quando no exercício do cargo não poderão, sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do Município, por prazo superior a dez dias, sob pena de perda do cargo.
-